



## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

### EDITAL 008/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024

Abertura: **08/05/2024** Horário: **9h**

Tipo: **MENOR PREÇO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VALE REAL, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024, do tipo MENOR PREÇO, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Federal nº 1.024/2019, bem como as condições, a seguir estabelecidas:

#### 1 - LOCAL, DATA E HORA

- 1.1. A sessão pública será realizada através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), dia **08 de maio de 2024**, com início às 9:00 horas, horário de Brasília/DF.
- 1.2. O horário de encerramento da sessão de lances ficará a critério do pregoeiro, de acordo com as necessidades provindas do andamento do referido pregão.
- 1.3. Poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até uma hora antes da abertura do certame do dia aprazado.
- 1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

#### 2 - OBJETO

- 2.1. É objeto deste edital a aquisição de TRATOR AGRÍCOLA, em conformidade com o termo de referência em anexo.

#### 3 – PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e atender a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação



## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

previstas no Edital.

3.3. A empresa participante, deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida esta comprovação a qualquer tempo.

3.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

3.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.4.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

#### 4 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar do pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “*PREGÃO ELETRÔNICO*” através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2. O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Vale Real, promotor da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.





## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

### 5 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço, contendo marca, e **valor UNITÁRIO do item, objeto licitado**, e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.1.

5.1.1. A proposta de preço deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

5.2. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os itens das propostas que eventualmente contemplem objeto que não corresponda às especificações contidas no ANEXO VI deste Edital serão desconsiderados.

5.5. Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

- a) **preço unitário e total do objeto licitado**, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) especificações detalhadas do objeto ofertado, conforme Termo de Referência;
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos;
- d) prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

5.6. Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

### 6 – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

6.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para o equipamento licitado.



## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

### 7 - FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.5. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.5.1 – O intervalo mínimo entre os lances deverá ser de **R\$ 100,00** (cem reais).

7.6 – A etapa de lances da sessão pública será conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, o qual o site “portaldecompraspublicas” se baseia para o processo licitatório.

7.6.1- O modo de disputa será aberto, etapa de envio de lances da sessão pública, encerrado o prazo de lances, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.8. Após o fechamento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor





## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.9 - Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.

7.9.1 A ME e/ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.9.2 Não ocorrendo a contratação da ME e/ou EPP, na forma prevista no sub-item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.9 (ME's e EPP's), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

7.9.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e/ou EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 7.9, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.9.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos dos itens 7.9, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.9.5 O sorteio de empate de melhor proposta somente será aplicado quando as melhores ofertas não tiverem sido apresentadas por ME e EPP.

7.9.6 A ME e EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.10. Após comunicado do Pregoeiro, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar sua situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 9.

## 8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após análise da proposta de MENOR VALOR, o Pregoeiro anunciará a licitante vencedora.

8.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance



## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.3 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

8.3.1 – O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

### 9 - HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação da licitante vencedora será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.1.1 – Documentos de habilitação:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- b) Cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;
- c) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União em conjunto com Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

12.440 de 07 de julho de 2011;

i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

j) Certidão Negativa de Falência, expedida por distribuidor da sede do licitante.

**9.1.2 – Declarações e Capacidade Técnica**

a) Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob risco de desclassificação, conforme art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Declaração de observância à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, conforme art. 4, § 2, da Lei Federal 14.133/2021.

e) Atestado de capacidade técnica da empresa licitante (mínimo um), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a mesma ter fornecido materiais com características semelhantes ao objeto ora licitado, devendo conter o número e ano do contrato, bem como as quantidades fornecidas/prestadas, preferencialmente do exercício anual anterior.

9.2. Para os documentos que não mencionarem prazo de validade será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

**9.3 Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

**9.4 O envio da proposta ajustada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no item 9.1, deverá ser encaminhada aos cuidados do pregoeiro após o encerramento da fase de lances, quando da confirmação do lance vencedor.**

9.5 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a



## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

9.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.8 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo mínimo de duas horas contados da solicitação do pregoeiro no sistema.

### 10 – DO PARECER TÉCNICO

10.1 – Para efeito de adjudicação deste Pregão, o Pregoeiro, se julgar necessário, encaminhará o processo, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora do item.

10.2 – Ocorrendo a desclassificação da empresa vencedora, os autos serão devolvidos ao Pregoeiro, para que este realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo a ordem de classificação, por menor preço.

### 11 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

11.1.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### 12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a licitante **manifestar-se motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio





## **Município de Vale Real**

Estado do Rio Grande do Sul

do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

12.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando as demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.

12.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por e-mail, correios ou entregues pessoalmente.

12.7. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, a licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

### **13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.

13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### **15 - RESPONSABILIDADES DA LICITANTE VENCEDORA**

a) entregar o equipamento licitado conforme as especificações deste Edital e anexos e em consonância com a proposta de preços;

b) arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Adjudicatária;



**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

15.1 - Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência do presente contrato, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

15.2 - Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos equipamentos, ou que possam comprometer a sua qualidade.

15.3 - Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, à terceiros, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

15.4 - Atender as determinações da fiscalização da **CONTRATANTE**.

15.5 - Manter, durante a validade da ata, as mesmas condições de habilitação.

15.6 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias.

15.7 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

15.8 - O fiscal da referida contratação é:

**Fiscal responsável pelo recebimento:** Airton Müller;

**Fiscal do Contrato:** Airton Müller

## 16- RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

16.1 - O pagamento conforme o determinado no item 19 do edital.

16.2 - A fiscalização do equipamento objeto do presente contrato se dará no momento da entrega.

## 17 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Em caso de **atraso injustificado na entrega dos equipamentos objeto do certame**, sujeitar-se-á, a licitante vencedora, à **multa de mora de 1% ao mês** de juros sobre o valor da nota de empenho;

17.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração anule a homologação e aplique outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

17.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em





## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

- a) **advertência**, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;
- b) **multa de até 10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor do empenho, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente
- c) **suspensão temporária do direito** de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízos à Administração;
- d) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

17.2.1. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedida de contratar com a Administração Pública**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.3. A sanção de advertência de que trata o item 17.2, letra "a", poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega do objeto;

17.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a administração pública. Caberá, ainda, a suspensão, quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos equipamentos das Secretarias Municipais.

## 19 – PAGAMENTO E FORNECIMENTO

19.1 - A aceitação e o recebimento do equipamento, objeto desta Licitação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

19.2 - O equipamento da presente licitação deverá ser fornecido de acordo com as especificações técnicas do termo de referência, nas condições deste edital e contratação



**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

decorrente.

19.3 - A aceitação e o recebimento do objeto desta Licitação obedecerão ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

19.4 No momento da entrega serão considerados os seguintes requisitos:  
b) Se o equipamento está em conformidade com o exigido no edital licitatório.

19.5 – O recebimento será feito pelo fiscal do contrato, devendo ser observados: o perfeito estado e as especificações exigidas, podendo o mesmo ser rejeitado.– A entrega dos objetos da presente licitação será de acordo com o Termo de referência, Anexo VI do edital.

19.8 - O pagamento dos objetos licitados deverá ser realizado à vista, mediante documentos fiscais e a autorização do Ministério da Agricultura e Pecuária.

19.9 - O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo (**Pregão Eletrônico nº 007/2024**).

## 20 - RESCISÃO

20.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21 e posteriores alterações, com as consequências previstas na referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

9

20.2 - A rescisão contratual poderá ser:

20.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados na Lei 14.133/21;

20.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

## 21 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento vigente.

9 - Secretaria Municipal da Agricultura  
09.02- Serviço de Fomento Agrícola





## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

20.606.0216.11117 - Aquisição de Equipamentos  
Fonte STN 500 - Recursos não Vinculados de Impostos  
Categoria 4.4.90.52.00.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente (901)

9 - Secretaria Municipal da Agricultura  
09.02- Serviço de Fomento Agrícola  
20.606.0216.11117 - Aquisição de Equipamentos  
Fonte STN 700 - Outras Transferências de Convênios e Congêneres  
Categoria 4.4.90.52.00.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente (966)

### 22 DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. É facultado, ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

22.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

22.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Vale Real.

22.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

22.5. A Administração, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da Adjudicatária a terceiros, sejam estes fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

22.6. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Vale Real na data marcada, a sessão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local.

22.7. O Município de Vale Real se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

22.8. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Vale Real, através do email: [licitacoes@valereal.rs.gov.br](mailto:licitacoes@valereal.rs.gov.br) ou pelo Fone 051-3637 7050.

22.9. Integra este Edital:



**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

- a) **ANEXO I** – Minuta de contrato;
- b) **ANEXO II** – Modelo de declaração unificada;
- c) **ANEXO III** - Modelo de declaração de enquadramento EPP;
- d) **ANEXO IV** – Documento de formalização de demanda;
- e) **ANEXO V** – Termo de Referência.
- f) **ANEXO VI** – Parecer Jurídico

Vale Real/RS, 10 de abril de 2024.

**CÁTIA MULLER**  
Procuradora Jurídica

**CLÁUDIA HAYASHI**  
Pregoeira





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

**ANEXO I**

**MINUTA DE CONTRATO**  
**-AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA-**

**CONTRATANTE:**

**MUNICÍPIO DE VALE REAL**, entidade de direito público interno, CNPJ nº 92.123.918/0001-46, sito à Rua Rio Branco, 659, Vale Real/RS, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. Pedro Kaspar, e

**CONTRATADA:**

**XXX**, CNPJ nº xxx, localizada na Rua xxx, CEP xxx, representada neste ato por xxx.

**OBJETO e FUNDAMENTO:**

O presente contrato disciplina a **AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA**, oriundo do processo de Licitação Edital nº 009/2024, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024**, regido pela Lei 14.133/21, nas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO**

**I - PREÇO:** A CONTRATADA se obriga, na forma estabelecida no Edital e Termo de Referência, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, cujas condições integram o presente contrato, na entrega dos itens, conforme descrições, especificações e condições expressas nos Anexos do Edital, na quantidade e valor abaixo descritos:

...

a) Estão vinculados a esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta da Contratada, demais anexos dos documentos supracitados.

b) No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

b.1) a inadimplência da Contratada em relação aos encargos referidos nesta alínea não transfere à Contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

**II- FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado à Contratada em até 10 (dez) dias após a aprovação do Ministério da Agricultura e Pecuária, e mediante a emissão de NOTA FISCAL do material, com o devido aceite da Secretária competente.

§ 1º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação municipal aplicável.

§ 2º Quando da apresentação da nota fiscal deverá ser destacada a retenção do Imposto de Renda, nas alíquotas definidas por tipo de atividade, conforme Decreto Municipal 047/2022.

§ 3º A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos



## **Município de Vale Real**

Estado do Rio Grande do Sul

e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**§ 4º** Na hipótese de devolução da documentação fiscal para correção ou substituição ou que tenha sido fornecida mercadoria com defeito ou diversa do especificado no edital ou na nota de empenho, o prazo para pagamento fluirá a partir da regularização documental e ou substituição da mercadoria inadequada.

### **III – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

a) O valor contratado poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurado álea econômica extraordinária e extracontratual;

b) O pedido de alteração de preço deverá ser endereçado ao Agente de Contratação, que decidirá no prazo de 48 horas, cabendo à Contratada apresentar recurso no prazo de 24 horas ao Prefeito Municipal, que também decidirá no prazo de 48 horas. Em ambas as instâncias o pedido será analisado pela Procuradoria Jurídica, a qual também emitirá parecer.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E ENTREGA DO OBJETO**

I – O prazo de vigência deste contrato é de 12(doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos prazos e termos da Lei nº 14.133/21.

II – A CONTRATADA entregará o objeto, respeitando o que segue:

a) O equipamento deverá ser entregue pelo fornecedor diretamente no local designado pela Administração Municipal e será conferido por servidor indicado pela administração, sendo de sua responsabilidade o transporte e descarga no local indicado;

b) caso o produto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a contratada deverá providenciar a sua adequação, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data da notificação, expedida pela contratante, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório e na Lei nº 14.133/21;

c) os itens a serem entregues deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte;

d) qualquer acidente ou incidente durante o deslocamento e/ou entrega do objeto licitado, serão de responsabilidade total da empresa contratada.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas da presente avença correrão conforme o estabelecido na confirmação de dotação orçamentária do edital e demais documentos do processo:

9 - Secretaria Municipal da Agricultura

09.02- Serviço de Fomento Agrícola

20.606.0216.11117 - Aquisição de Equipamentos

Fonte STN 500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Categoria 4.4.90.52.00.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente (901)





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

9 - Secretaria Municipal da Agricultura

09.02- Serviço de Fomento Agrícola

20.606.0216.11117 - Aquisição de Equipamentos

Fonte STN 700 - Outras Transferências de Convênios e Congêneres

Categoria 4.4.90.52.00.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente (966)

**CLÁUSULA QUARTA - EXTINÇÃO CONTRATUAL**

Constituirão motivos para extinção do contrato aqueles elencados no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, e ainda, conforme artigo 138 da referida Lei, a extinção poderá se dar:

I - UNILATERALMENTE: determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021;

II - CONSENSUALMENTE: por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

III - JUDICIALMENTE, nos termos da legislação.

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

I - São obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

h.1) A Administração terá o prazo de 03 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 02 dias;

j) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

### II - São obrigações da CONTRATADA:

1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

b) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

n) devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja





## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA SEXTA – PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

A Contratante, após aprovação do processo licitatório pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, convocará a Contratada para assinar o contrato, num prazo de 10 (ez) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Sétima, inciso I, alínea d, deste Contrato.

I - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

II - Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então revogará a licitação.

III - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o presente contrato no prazo de 05 (cinco) dias da homologação da licitação, sujeitará o mesmo a multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

### CLÁUSULA SÉTIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada quando:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas à contratada quando incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



## **Município de Vale Real**

Estado do Rio Grande do Sul

### **d) Multa:**

I - moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (tinta) dias;

O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

II - compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

V - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO**

Não é permitida a cessão do presente contrato, parcial ou total, tampouco a subcontratação do objeto, sob pena de rescisão e aplicação das sanções legalmente previstas.

### **CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo de Airtton Müller, Secretário Municipal da Agricultura, tendo como suplente o Itacir Lemos de Góes, Secretário Municipal do Meio Ambiente.

**Parágrafo Único** – A Fiscalização de que trata o *caput* deste artigo não isenta a Contratada das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO E CASOS OMISSOS**

I - O contrato será regido pelo disposto na Lei nº 14.133/21, e alterações, sem prejuízo das demais legislações pertinentes e ao Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2024.

II - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Feliz, para dirimir litígios decorrentes da presente avença, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas, após lido e achado conforme.

Vale Real, xx de xxxx de 202X.

REPRESENTANTE LEGAL  
(Contratada)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Município de Vale Real



**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**Pregão ELETRÔNICO Nº \*\*\***

**EMPRESA:**

**CNPJ:**

**EMAIL:**

**TELEFONE:**

**ENDEREÇO:**

....., INSCRITO NO CNPJ Nº....., POR INTERMÉDIO DE  
SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ....., PORTADOR(A) DA  
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº ..... E CPF Nº ....., DECLARA, PARA FINS:

- Do disposto no inc. VI do art. nº 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )<sup>1</sup>.

- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob risco de desclassificação, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

•

(DATA)

(REPRESENTANTE LEGAL)

<sup>1</sup> Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.





## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

### ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EPP PREGÃO ELETRÔNICO Nº \*\*\*

**[Nome da empresa]**, [qualificação: tipo de sociedade (ltda, s.a, etc.)], endereço completo, inscrita no cnpj sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no cpf sob o nº [xxxx], **declara**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº

123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da lei nº 14.133/2021.

Declaro, para fins da lc 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

( ) **Microempresa** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

( ) **Empresa de pequeno porte** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

observações:

- esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como me ou epp, nos termos da lc 123, de 14 de dezembro de 2006;
- a não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como me ou epp, nos termos da lc nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

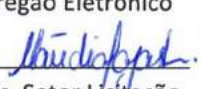
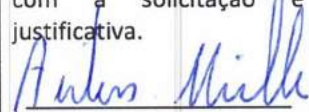

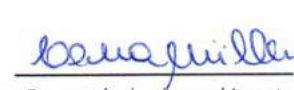

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

Nome e assinatura do contador  
(no caso de ME e EPP)  
CPF: XXX.XXX.XXX-XX CRC: \_\_\_\_\_



Prefeitura Municipal de Vale Real - RS  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

|   |  |  |           |   |                 |  |  |
|---|--|--|-----------|---|-----------------|--|--|
| <b>Nº 001/20243</b>   |  | <b>FORMULÁRIO UNIFICADO: SOLICITAÇÃO DE COMPRA E DE CONTRATAÇÃO</b>  |           |   |                 |  |  |
| <b>Data: 11/02/2024</b>   |  | <b>Secretaria Solicitante:</b> Secretaria Municipal da Agricultura   |           |   |                 |  |  |
| <b>Material:</b><br>( ) Consumo<br>( X ) Permanente<br>( ) Serviços   |  | Responsável pela solicitação: Airtom Muller<br>E-mail: agricultura@valereal.rs.gov.br<br>Telefone Fixo/Ramal: (51) 996833799   |           |   |                 |  |  |
| <b>Modalidade:</b><br><br>Pregão Eletrônico<br><br>Ass. Setor Licitação  |  | <b>Objeto:</b> Aquisição de equipamento/trator agrícola – Convênio/MAPA nº 940832/2023.<br><br><b>Justificativa:</b> Justifica-se a necessidade de aquisição do equipamento para execução do Convênio firmado com o Ministério da Agricultura e Pecuária, resultado de emenda parlamentar cadastrada no Plataforma Transfere.gov.br sob número 10784/2023. |           |   |                 |  |  |
| <b>Secretaria da Fazenda</b>  |  | <b>Secretaria Solicitante</b>  |           | <b>Setor de Compras/Licitação</b>   |                 | <b>Setor Jurídico</b>  |  |
| Rubrica:<br><br>Conforme email anexado a proposta que segue anexa.  |  | Existe a necessidade de contratação descrita abaixo. Estou de acordo com a solicitação e justificativa.<br><br>Nome do Secretário(a)  |           | Recebido em:<br><b>Entrada Setor Licitação:</b><br><u>11/04/2024</u><br><br>Responsável pelo recebimento |                 | Recebido em:<br><b>Entrada Setor Jurídico:</b><br><u>10/04/2024</u><br><br>Responsável pelo recebimento |  |
| Nome do Secretário(a)   |  | Nome do Secretário(a)  |           | Responsável pelo recebimento  |                 | Responsável pelo recebimento   |  |
| <b>Setor de Orçamentos:</b>   |  |  |           |   |                 |  |  |
| Os orçamentos que fundamentam esta estimativa de preço foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria, sendo que os mesmos embasaram a proposta aprovada pelo Ministério concedente quando da aprovação do plano de trabalho.<br>Data 08/04/2024.<br><br>Itaci Lemos de Góes |  |  |           |   |                 |  |  |
| <b>Item</b>   | <b>Material Especificado</b>   | <b>Quant</b>   | <b>UN</b> | <b>Valor U.</b>   | <b>Valor T.</b> | <b>Fornecedor</b>  |  |
| 01  | Trator agrícola novo com as seguintes características mínimas: fabricação nacional, ano 2023, motor diesel de no mínimo 3 cilindros turbo, com mínimo 89 CV de potência, peso operacional mínimo de 4125 kg, cabine original com ar condicionado e ar quente, tração 4 x 4 acionamento elétrico hidráulico, caixa transmissão lateral sincronizada, 12 velocidades a frente e 12 velocidades a ré, com reversor eletro hidráulico, embreagem multidisco úmido, freio estacionário, comando hidráulico com 2 vias, tomada de força independente 540 RPM eixo de 6 estrias, capacidade de levantar no sistema hidráulico de 3 pontos de 3000 kg, rodado dianteiro dianteiro 12,4 x 24 R1e rodado traseiro 18,4 x 30 R1, pesos dianteiros 8 de 42 kgcada, demais itens como faróis, | 01   | un        | 372.483,33  | 372.483,33      | Vencedor do processo licitatório   |  |





Prefeitura Municipal de Vale Real - RS  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

|                             |   |                            |  |                                   |  |  |
|-----------------------------|---|----------------------------|--|-----------------------------------|--|--|
|                             | buzina, banco operador ajustável, cinto de segurança conforme legislação em vigor. Emplacado em nome do município de Vale Real. Garantia mínima de 01 ano |                            |  |                                   |  |  |
| Valor Total: R\$ 372.483,33 |   | Valor Total Materiais: R\$ |  | Valor Total Geral: R\$ 372.483,33 |  |  |



**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CAPÍTULO I**  
**DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1. OBJETO**

Aquisição de equipamento/trator agrícola – Convênio/MAPA nº 940832/2023

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência.

| Item | Descrição do serviço  | Qtde | Unidade | Valor unitário referência | Valor total referência |
|------|---|------|---------|---------------------------|------------------------|
| 01   | Trator agrícola novo com as seguintes características mínimas: fabricação nacional, ano 2023, motor diesel de no mínimo 3 cilindros turbo, com mínimo 89 CV de potência, peso operacional mínimo de 4125 kg, cabine original com ar condicionado e ar quente, tração 4 x 4 acionamento elétrico hidráulico, caixa transmissão lateral sincronizada, 12 velocidades a frente e 12 velocidades a ré, com reversor eletro hidráulico, embreagem multidisco úmido, freio estacionário, comando hidráulico com 2 vias, tomada de força independente 540 RPM eixo de 6 estrias, capacidade de levantar no sistema hidráulico de 3 pontos de 3000 kg, rodado dianteiro 12,4 x 24 R1e rodado traseiro 18,4 x 30 R1, pesos dianteiros 8 de 42 kg cada, demais itens como faróis, buzina, banco operador ajustável, cinto de segurança conforme legislação em vigor. Emplacado em nome do município de Vale Real. Garantia mínima de 01 ano | 01   | UN      | 372.483,33                | 372.483,33             |

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** Contratação e entrega após a aprovação do processo licitatório pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.





## **Município de Vale Real**

Estado do Rio Grande do Sul

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS**

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei nº 14.133/2021), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo processo, por meio de especificações usuais de mercado.

### **CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Justifica-se a necessidade de aquisição do equipamento para execução do Convênio firmado com o Ministério da Agricultura e Pecuária, resultado de emenda parlamentar cadastrada no Plataforma Transfere.gov.br sob número 10784/2023.

Pela escassez de recursos, o produtor depende de apoio dos governos para manterem, bem como aumentarem a produção. Desse modo, parcerias sempre são potencializadas para atingir o maior número de famílias produtoras possíveis. Sendo assim, e com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da agricultura do município, pleiteamos a aquisição de máquinas para serem utilizadas pelos 418 produtores, distribuídos em diversas localidades do município, e assim contribuir para o desenvolvimento da cadeia produtiva municipal.

A aquisição dessa máquina está intimamente relacionada com o projeto de desenvolvimento da agricultura familiar no município, porquanto vai contribuir para a elevação do nível tecnológico, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida dessa população.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

Aquisição de trator agrícola.

#### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Apresentação da documentação exigida no edital.

### **CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

A solicitação de entrega se dará após autorização do Ministério da Agricultura e Pecuária, sendo que o processo será de responsabilidade da Secretaria da Administração – Coordenação de Captação de Recursos.

A entrega e conferência do equipamento será realizada pelo Secretário Airton Müller o qual será responsável por abonar o documento de entrega, que deverá manter correspondência com a nota fiscal, que deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

#### **8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

##### **8.1. PRAZO**

Prazo da contratação será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado havendo necessidade para finalização da execução do convênio..





## **Município de Vale Real**

Estado do Rio Grande do Sul

### **8.2. LOCAL**

O equipamento será entregue na sede da Prefeitura Municipal de Vale Real.

### **8.3. HORÁRIO**

Horário de expediente da Prefeitura Municipal de Vale Real.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **9.1. São obrigações da Contratante:**

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e locais indicados pela Secretaria responsável.
- b) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**11.1.** É permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência?

( x ) Não.

( ) Sim. Justificar e indicar quais itens/serviços podem ser subcontratados:

## **12. GARANTIA (E/OU VALIDADE)**

A entrega será acompanhada pelo Secretário Municipal da Agricultura, sendo que qualquer deficiência será comunicada à empresa contratada, a qual se obriga a correção no momento da comunicação, sob pena de não receber o valor contratado.

## **CAPÍTULO IV**





## **Município de Vale Real**

Estado do Rio Grande do Sul

### **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**13.1.** Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega/execução do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**13.2.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**13.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**13.4.** O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**13.5.** O responsável pela fiscalização do contrato será o Secretário Municipal da Agricultura, Airton Müller.

#### **14. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES**

**14.1.** O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

### **CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **15. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

**15.1.** O objeto contratado será recebido provisoriamente pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**15.2.** A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**15.3.** O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita em 5 dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do equipamento e consequente aceitação.

**15.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

#### **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;*
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- III. dar causa à inexecução total do contrato;*
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa;

III. impedimento de licitar e contratar;

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

16.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

16.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

16.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

16.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.





## **Município de Vale Real**

Estado do Rio Grande do Sul

16.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

### **17. DAS PENALIDADES**

17.1. A sanção de suspensão de participar de licitação e contratar com o a Administração Pública poderá ser também, aplicada, sem prejuízo das sanções penais e civis, aqueles que:

17.1.1. Retardarem a execução do pregão;

17.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

17.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

17.2. Quando da ação ou omissão decorrerem graves prejuízos ao MUNICÍPIO DE VALE REAL/RS, seja pela não assinatura do contrato/ata, pela inexecução do objeto, pela execução imperfeita, ou ainda, por outras situações concretas que ensejarem a sanção.

17.3. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com os termos da lei.

17.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **18. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

18.1. O pagamento será após autorização do Ministério da Agricultura e Pecuária, de acordo com a Nota Fiscal, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, por meio de depósito bancário ou pagamento de fatura.

### **19. DOS CRITÉRIOS DE REDUÇÕES DE PAGAMENTO**

Não se aplica.

## **CAPÍTULO VI**

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **20. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

20.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a modalidade da contratação a ser realizada será Pregão Eletrônico, devidamente instruída e fundamentada.

### **21. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

21.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).

b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.



**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.

e) assinatura do responsável legal da empresa.

**22. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

De acordo com o edital de pregão.

**22.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

☒ Sim ☐ Não

Justifique a necessidade ou não de apresentação de atestado (s) de capacidade técnica: Comprovação de que a empresa fornecedora possui aptidão para a entrega de acordo com os termos estabelecidos no edital e anexos.

**22.2 VISTORIA**

☒ Não ☐ Sim ☐ Opcional ☐ Obrigatória.

Justifique a necessidade de vistoria obrigatória:

**22.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE**

☐ Não ☒ Sim

Em caso da resposta for SIM, descreva qual documento a ser solicitado:

Documentação técnica do equipamento, que deverá ser entregue juntamente com a proposta financeira. A mesma será analisada para comprovação da conformidade com o descritivo do termo de referência e aceitação do equipamento ofertado.

**22.4 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL**

Não se aplica

**22.5 AMOSTRA**

☒ Não ☐ Sim

Em caso da resposta for SIM, justifique a necessidade de apresentação de amostra e indique critérios técnicos para sua aprovação:

**23. ESTIMATIVA DE PREÇOS**





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

| Item | Descrição do serviço  | Qtde | Unidade | Valor unitário referência | Valor total referência |
|------|---|------|---------|---------------------------|------------------------|
| 01   | Trator agrícola novo com as seguintes características mínimas: fabricação nacional, ano 2023, motor diesel de no mínimo 3 cilindros turbo, com mínimo 89 CV de potência, peso operacional mínimo de 4125 kg, cabine original com ar condicionado e ar quente, tração 4 x 4 acionamento elétrico hidráulico, caixa transmissão lateral sincronizada, 12 velocidades a frente e 12 velocidades a ré, com reversor eletro hidráulico, embreagem multidisco úmido, freio estacionário, comando hidráulico com 2 vias, tomada de força independente 540 RPM eixo de 6 estrias, capacidade de levantar no sistema hidráulico de 3 pontos de 3000 kg, rodado dianteiro 12,4 x 24 R1e rodado traseiro 18,4 x 30 R1, pesos dianteiros 8 de 42 kg cada, demais itens como faróis, buzina, banco operador ajustável, cinto de segurança conforme legislação em vigor. Emplacado em nome do município de Vale Real. Garantia mínima de 01 ano | 01   | UN      | 372.483,33                | 372.483,33             |

Os preços que fundamentam esta estimativa de valores foram por mim obtidos e rubricados, são verdadeiros e representam o melhor resultado que pude obter seguindo as orientações das normas que regem a matéria.

Itacir Lenhos de Góes  
Secretário Municipal de Meio Ambiente



**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

**24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**24.1.** Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeadas com recursos financeiros provenientes do Tesouro Municipal.

9 - Secretaria Municipal da Agricultura

09.02- Serviço de Fomento Agrícola

20.606.0216.11117 - Aquisição de Equipamentos

Fonte STN 500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Categoria 4.4.90.52.00.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente (901)

9 - Secretaria Municipal da Agricultura

09.02- Serviço de Fomento Agrícola

20.606.0216.11117 - Aquisição de Equipamentos

Fonte STN 700 - Outras Transferências de Convênios e Congêneres

Categoria 4.4.90.52.00.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente (966)

**CAPÍTULO VII**

**DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO  
Itacir Lemos de Góes

Vale Real, 08 de abril de 2024.

SECRETÁRIO RESPONSÁVEL  
Ailton Müller

☒ Defiro  
☐ Indefiro

Pedro Kaspary  
Prefeito Municipal





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

**PARECER JURÍDICO Nº 031/2024 – PROCURADORIA JURÍDICA**

PROCESSO DE EDITAL Nº: 008/2024 –

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO N. 007/2024 –

VALOR: R\$ 372.483,33

**I- RELATÓRIO**

TRATA O PRESENTE EXPEDIENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE TEM POR FINALIDADE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/TRATOR AGRÍCOLA – CONVÊNIO/MAPA Nº 940832/2023 EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO MEDIANTE LICITAÇÃO PÚBLICA, NA MODALIDADE PREGÃO, EM SUA FORMA ELETRÔNICA, CONFORME JUSTIFICATIVA E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- I) Documento de formalização da demanda;
- II) Despacho da secretária municipal solicitante;
- III) Pesquisa de mercado com cotações de preços;
- IV) Rubrica Orçamentária;
- V) Estudos técnicos preliminares;
- VI) Justificativa;
- VII) Autorização da autoridade superior;
- VIII) Termo de referência
- IX) Minuta de Edital, contrato/ata e anexos

É a síntese do necessário para análise jurídica.

**II- APRECIÇÃO JURÍDICA**

**Finalidade e abrangência do parecer jurídico**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada



## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

### Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos





## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública.

Analizando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, o decreto de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruídos, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, tendo em vista a necessidade de aquisição do equipamento para execução do Convênio firmado com o Ministério da Agricultura e Pecuária, resultado de emenda parlamentar cadastrada no Plataforma Transfere.gov.br sob número 10784/2023. Ainda o Termo de referência advindo da Secretaria Municipal da Agricultura assim explica:

"Pela escassez de recursos, o produtor depende de apoio dos governos para manterem, bem como aumentarem a produção. Desse modo, parcerias sempre são potencializadas para atingir o maior número de famílias produtoras possíveis. Sendo assim, e com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da agricultura do município, pleiteamos a aquisição de máquinas para serem utilizadas pelos 418 produtores, distribuídos em diversas localidades do município, e assim contribuir para o desenvolvimento da cadeia produtiva municipal.

A aquisição dessa máquina está intimamente relacionada com o projeto de desenvolvimento da agricultura familiar no município, porquanto vai contribuir para a elevação do nível tecnológico, o aumento da renda e a melhoria da qualidade



## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

de vida dessa população.

Ademais, registra-se a inexistência do plano anual de contratações nesta Secretaria, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, *in fine*:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: VII - a partir de documentos de formalização de demandas, **os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão**, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado contém os seguintes itens: definição do objeto, justificativa, prazo de entrega e condições de execução, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações da Contratante e da Contratada, fiscalização, extinção do contrato e sanções aplicáveis, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

Ihe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;  
j) adequação orçamentária.

Por sua vez, o estudo técnico preliminar não se faz necessária a sua apresentação, pois se trata de documento que pode ser substituído pelo Termo de referência encaminhado ao Ministério em novembro de 2023 que já dispunha de lançamento de intenção anterior passível de aceitar ou não conforme determinação do cadastramento da proposta:

**TERMO DE REFERÊNCIA**

(Portaria Conjunta nº 33/2023 – Art 10, Inciso XXV)

**PROPOSTA/CONVÊNIO:** Transferegov.br nº 10784/2023

**OBJETO:** Aquisição de máquinas e/ou equipamentos

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

**Da Minuta do Edital**

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos, quais sejam: o estudo técnico preliminar, Edital de pregão eletrônico, o termo de referência e a minuta do contrato/ata. Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

**Das Recomendações:**

Relativamente à "Minuta do Edital do Pregão Eletrônico n.º 007/2024" a mesma



## Município de Vale Real

Estado do Rio Grande do Sul

encontra-se adequada ao certame e deverá ser publicada com a respectiva data da sessão pública obedecendo os prazos legais e com as assinaturas nos documentos que compõem o processo da fase preparatória.

A minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro e de entrega imediata, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública.

**Relativamente à minuta do Contrato, a Cláusula de fiscalização está de acordo, com indicação de responsável. Porém requisita-se que seja indicado um fiscal suplente que possa receber o objeto da licitação na falta do fiscal titular.**

De mais a mais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica prevista nos artigos 28, I e artigo 29 da lei 14.133, o que se encontra em perfeita condição, uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo também o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Isto posto, o critério de seleção da proposta como sendo o “menor preço por item”, do mesmo modo, mostra-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador. E ainda, a minuta do Edital de forma bastante acertada, preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, para fins de regência da contratação em comento.

### **Publicidade do edital e dos termos da Ata de registro de preços**

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e minuta do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.





**Município de Vale Real**  
Estado do Rio Grande do Sul

**III- CONCLUSÃO**

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos resumidamente elencados acima.

Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica, nos termos do Enunciado BPC nº 5, da AGU.

À consideração superior.

Vale Real, 10 de abril de 2024.

Cátia Müller  
OAB/Rs 078528  
Procuradora Municipal



Prefeitura Municipal de Vale Real - RS  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(Portaria Conjunta nº 33/2023 – Art 10, Inciso XXV)**

**PROPOSTA/CONVÊNIO:** Transferegov.br nº 10784/2023

**OBJETO:** Aquisição de máquinas e/ou equipamentos

**DADOS DO PROPONENTE:**

Prefeitura Municipal de Vale Real - RS

Inscrita no CNPJ: 92.123.918/0001-46

Endereço: Rua Rio Branco, 659 – Vale Real - RS CEP: 95778-000

**DADOS DO RESPONSÁVEL:**

Nome do Prefeito: Pedro Kaspary

Portador do CPF: 341.630.850-68

RG: 1021110455 – SSP/RS

Endereço Beco Jacó Kaspary, 130 – Canto Krewer – Vale Real – RS – CEP: 95778-000

Telefone: (051) 999781828

Endereço eletrônico: [gabinete@valereal.rs.gov.br](mailto:gabinete@valereal.rs.gov.br)

[administracao@valereal.rs.gov.br](mailto:administracao@valereal.rs.gov.br)

**CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA:**

O município de Vale Real – RS, possui uma área de 45,085 km<sup>2</sup>, população de 6.058 habitantes (IBGE/2022), dista 92,7 km da capital do estado.

A agricultura familiar é uma das principais atividades da economia local, com destaque para o cultivo de culturas temporárias como a uva, citrus e hortigranjeiros, com mais de 1.387 hectares de área cultivada.

Pela escassez de recursos, o produtor depende de apoio dos governos para manterem, bem como aumentarem a produção. Desse modo, parcerias sempre são potencializadas para atingir o maior número de famílias produtoras possíveis. Sendo assim, e com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da agricultura do município, pleiteamos a aquisição de máquinas para serem utilizadas pelos 418 produtores, distribuídos em diversas localidades do município, e assim contribuir para o desenvolvimento da cadeia produtiva municipal.

A aquisição dessa máquina está intimamente relacionada com o projeto de desenvolvimento da agricultura familiar no município, porquanto vai contribuir para a elevação do nível tecnológico, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida dessa população.

**OBJETIVOS**

Aquisição de 01 (um) trator agrícola para mecanização de propriedades de 418 produtores familiares no município de Vale Real (RS), visando contribuir para a elevação do nível tecnológico.





Prefeitura Municipal de Vale Real - RS  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**AQUISIÇÃO DE BENS/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Aquisição de 01 (um) trator agrícola para atendimento as demandas de serviços de máquinas para os produtores beneficiários do Programa Pacote Agrícola do município de Vale Real – RS, com as seguintes especificações técnicas: trator agrícola novo com as seguintes características mínimas: fabricação nacional, ano 2023, motor diesel de no mínimo 3 cilindros turbo, com mínimo 89 CV de potência, peso operacional mínimo de 4125 kg, cabine original com ar condicionado e ar quente, tração 4 x 4 acionamento elétrico hidráulico, caixa transmissão lateral sincronizada, 12 velocidades a frente e 12 velocidades a ré, com reversor eletro hidráulico, embreagem multidisco úmido, freio estacionário, comando hidráulico com 2 vias, tomada de força independente 540 RPM eixo de 6 estrias, capacidade de levantar no sistema hidráulico de 3 pontos de 3000 kg, rodado dianteiro dianteiro 12,4 x 24 R1e rodado traseiro 18,4 x 30 R1, pesos dianteiros 8 de 42 kg cada, demais itens como faróis, buzina, banco operador ajustável, cinto de segurança conforme legislação em vigor. Emplacado em nome do município de Vale Real. Garantia mínima de 01 ano

**COTAÇÕES DE PREÇOS - DADOS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES**

**EMPRESA 1: SOTRIMA AGRÍCOLA LTDA**

Endereço: Caxias do Sul - RS

CNPJ: 92.028.224/0003-91

Telefone (54) 999571789

**EMPRESA 2: MAZZAROLLO COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA**

Endereço: Av. Dos Estados, 1.955 – Bairro Achieta – Porto Alegre

CNPJ : 01.175.632/0001-59

Telefone (51) 3371 2035

**EMPRESA 3: VERDES VALES**

Endereço: Rodovia RS 240, 1820 - Montenegro

CNPJ: 04.685.837/0018-10

Telefone (51) 3649 5425

**QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS:**

| ITENS  | EMPRESA 1      | EMPRESA 2      | EMPRESA 3      | Valor médio       |
|--|----------------|----------------|----------------|-------------------|
| Trator agrícola novo com as seguintes características mínimas: fabricação nacional, ano 2023, motor diesel de no mínimo 3 cilindros turbo, com mínimo 89 CV de potência, peso operacional mínimo de 4125 kg, cabine original com ar condicionado e ar quente, tração 4 x 4 acionamento elétrico hidráulico, caixa transmissão lateral sincronizada, 12 velocidades a frente e 12 velocidades a ré, com reversor eletro hidráulico, embreagem | R\$ 399.450,00 | R\$ 328.000,00 | R\$ 390.000,00 | R\$<br>372.483,33 |



Prefeitura Municipal de Vale Real - RS  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| multidisco úmido, freio estacionário, comando hidráulico com 2 vias, tomada de força independente 540 RPM eixo de 6 estrias, capacidade de levantar no sistema hidráulico de 3 pontos de 3000 kg, rodado dianteiro dianteiro 12,4 x 24 R1e rodado traseiro 18,4 x 30 R1, pesos dianteiros 8 de 42 kg cada, demais itens como faróis, buzina, banco operador ajustável, cinto de segurança conforme legislação em vigor. Emplacado em nome do município de Vale Real. Garantia mínima de 01 ano |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

**ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

Critérios de aceitação do equipamento:

Prazo de Garantia igual ou superior a 01 (um) ano, sem custo adicional;

Prazo de entrega: 30 dias após assinatura do contrato

Horário de entrega: Horário de expediente da Prefeitura Municipal

Indicar que a inadequação técnica do equipamento entregue implicará em não pagamento, sendo que o recebimento definitivo de dará somente após fiscalização e liberação da Secretaria Municipal da Agricultura.

**PRÉ-REQUISITOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Trator agrícola novo, conforme descrição técnica do termo de referência.

Entrega em até 30 dias após a assinatura do contrato de fornecimento.

**DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE E SANÇÕES**

**São responsabilidades do contratado:**

- Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, anexo I e em consonância com a proposta de preços;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;
- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;





Prefeitura Municipal de Vale Real - RS  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**São responsabilidades da contratante:**

- a) Receber o objeto licitado definitivamente após fiscalização e conferência;
- b) Efetuar o pagamento do objeto nos prazos e valor contratado.

O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, a licitante que:

- a) não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não manter a proposta;
- e) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fizer declaração falsa;
- h) cometer fraude fiscal.

**ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

A administração e a manutenção do equipamento será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Agricultura e será utilizado única e exclusivamente no trabalho de mecanização de propriedades de agricultores familiares previamente selecionados.

**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO**

O método a ser utilizado no monitoramento e na avaliação da execução será o da medição da produção antes e depois da concessão dos benefícios. Cada família beneficiada será acompanhada por técnico da Secretaria Municipal da Agricultura, mensurando os dados necessários para o acompanhamento da produção.

**DO PAGAMENTO**

Deverá observar os requisitos na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

**DO REAJUSTE**

Deverá observar os requisitos na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

**DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

Deverá observar os requisitos na Lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Conforme a disponibilização de recursos financeiros pelo MAPA.

**METODOLOGIA PARA AQUISIÇÃO:**



Prefeitura Municipal de Vale Real - RS  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

A aquisição do objeto do convênio se dará mediante processo licitatório em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e legislação complementar. A licitação será realizada por pregão eletrônico.

Vale Real, 07 de novembro de 2023.

**PEDRO KASPARY**  
Prefeito Municipal